

FUNDAMENTOS DO FAZER HISTÓRICO DE MICHEL FOUCAULT

Luan de Oliveira Vieira¹

RESUMO: Visamos esboçar fundamentos do aparato metodológico de Michel Foucault para elucidar certos aspectos de seu modo de pesquisa histórica. O artigo não se propõe a remontar detalhadamente as distintas metodologias do autor, mas ensaiar um elemento comum em sua postura em relação à História. Guiamos nossa argumentação por meio do contexto intelectual da segunda metade do século XX, paralelos com a Escola dos Annales e, sobretudo, com a influência de Friedrich Nietzsche para indicar a aversão do filósofo francês em estabelecer uma lei de funcionamento para a História. Em seguida, desenvolvemos o relacionamento entre sua conceitualização de “genealogia” e “arqueologia” para apresentar a centralidade da resistência no argumento contra os princípios dessa concepção de História. Por fim, o artigo defende que a metodologia da “História da Verdade” objetiva evidenciar a experiência do que somos de tal forma que saíssemos transformados. Ressaltamos a importância de tal exposição, na medida em que poderá servir de alicerce para um melhor entendimento de como o autor obteve seus resultados, isto é, concebemos que a compreensão de sua metodologia poderá tornar mais perceptível diversos aspectos de sua obra.

Palavras-Chave: Michel Foucault; Metodologia; História.

THE FOUNDATIONS OF MICHEL FOUCAULT'S HISTORICAL PRACTICE

Abstract: We aim to outline the fundamentals of Michel Foucault's methodological apparatus in order to elucidate certain aspects of his approach to historical research. The article does not set out to review the author's different methodologies in detail, but rather to test a common element in his attitude towards history. Our argument is guided by the intellectual context of the second half of the 20th century, parallels with the Annales School and, above all, the influence of Friedrich Nietzsche to indicate the French philosopher's aversion to establishing laws for the historical process. We then develop the relationship between his conceptualization of “genealogy” and “archaeology” to present the centrality of resistance in the argument against the principles of this conception of History. Finally, the article argues that the methodology of the “History of Truth” aims to highlight the experience of what we are in such a way that we emerge transformed. We emphasize the importance of such an exposition, insofar as it can serve as a foundation for a better understanding of how the author obtained his results,

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de São Paulo. Professor Nível II na Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: luan.vieira765@gmail.com.

that is, we believe that understanding his methodology can make various aspects of his work more perceptible.

Keywords: Michel Foucault; Methodology; History.

O fazer histórico de Foucault

Michel Foucault, ao ser entrevistado em 1977, disse que nunca escreveu nada senão ficções.² Além disso, sua metodologia se transformava conforme suas atuações políticas,³ isto é, distante da tradição filosófica de produzir uma sistematização unitária engessada em uma teoria geral. Assim, seus métodos operavam como um conjunto de ferramentas dinâmicas que visavam a análises locais. Pode parecer, em primeira vista, que esse renomado pesquisador acadêmico da França apresentava, no mínimo, um posicionamento incomum em relação à sua empreitada. Acreditamos, contudo, que um aprofundamento em seu dinamismo metodológico poderá elucidar o sentido das palavras de Michel Foucault.

Roberto Machado, em relação às mudanças de Foucault, aconselha não ler o autor a partir de uma ilusão retrospectiva, ou seja, não desenhar em Foucault linhas de continuidade em suas interpretações, ao passo que é mais frutífero considerar as rupturas em seus projetos, o ímpeto pela mudança presente nas interpretações do autor.⁴ Concordamos com ele e, assim, enfatizamos que a leitura de Foucault como um filósofo que buscava a mudança detém profundo diálogo com suas ideias e práticas, além de ser positivo para a compreensão do autor considerar o ineditismo de suas percepções em relação ao seu próprio projeto.

Todavia, é necessário também atentar que as mudanças de Foucault, em partes, operam a partir de um campo conceitual, de um conjunto argumentativo e de certos fundamentos operativos. Dessa maneira, nossa principal hipótese é que — ao menos em relação aos seus escritos históricos

² Entrevistado por Lucette Finas (1977).

³ RODRIGUES, H. Fazendo o caminho ao andar – Verdade, poder e subjetivação em Michel Foucault. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 21, p. 2-16, 2018.

⁴ MACHADO, R. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

— o autor mantinha certos fundamentos; nosso objetivo é demonstrar esses fundamentos do fazer histórico de Foucault. Entretanto, vale distinguir: nosso objetivo não é remontar detalhadamente as distintas metodologias do autor, mas ensaiar um elemento comum em sua postura em relação à História.

Para defender essa hipótese, iniciamos nossa exposição demonstrando certo alinhamento entre a compreensão de História de Foucault e uma compreensão de História vigente na França no período de suas pesquisas, em uma agitação intelectual que ficou conhecida como Escola dos Annales, ou, na denominação de Peter Burke, a Revolução Francesa da historiografia.⁵ De certa maneira, ambas as correntes historiográficas se erguem contra os defeitos de um modelo interpretativo marxista.⁶

Jean-Paul Sartre critica essa historiografia de caráter marxista argumentando que, em sua concepção, ela violentava a experiência e negligenciava os detalhes. No núcleo de sua crítica, o filósofo descreve um desenvolvimento metodológico que estabelecia conceitos históricos baseados em moldes pré-fabricados, em estrita relação com um saber já totalizado, manifestando princípios metafísicos para a investigação histórica. Como resultado, a História se tornou uma investigação do todo através das partes; em outras palavras, uma investigação de diferentes experiências através das mesmas estruturas, em uma abordagem que liquidava o particular, o indivíduo, o inédito.⁷

Poderíamos também conjecturar que esse alinhamento entre historiografias tem relações com o contexto da segunda metade do século XX, particularmente a Europa pós-totalitarismo. Já em 1951, Hannah Arendt advertia que os regimes totalitários que protagonizam a Segunda Guerra

⁵ Referência ao nome de seu manual sobre o tema: BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

⁶ A Escola dos Annales não é homogênea, e o seu posicionamento, em relação ao marxismo, varia conforme suas gerações. Mesmo assim, acreditamos ser válida a afirmação de que os Annales se distanciam de uma concepção “ortodoxa” de marxismo. O mesmo para Foucault: o autor se distancia de certas interpretações marxistas, mas se apropria de escritos do próprio Karl Marx, como visto nas referências do livro *Vigiar e punir* (2014) e nas páginas de *Microfísica do Poder* (2021). Em ambos os casos, Annales e Foucault, o distanciamento deve ser entendido com ressalvas.

⁷ BIRCHALL, I. Sartre's Encounter with Daniel Guérin. *Sartre Studies International*, v. 2, n. 1, p. 41–56, 1996.

Mundial, a Alemanha de Adolf Hitler e a União Soviética de Joseph Stalin, estabeleceram supostas leis de funcionamento universal acima do campo jurídico tradicional. Para além do direito, portanto, havia a necessidade de obedecer às leis da História ou da Natureza, consideradas forças sobre-humanas, que funcionavam como forma superior de legitimidade para os “líderes supremos”.⁸ A partir dessa análise, Hannah Arendt conclui que conjecturar uma lei de funcionamento para a História ou para Natureza é extremamente problemático, visto que essa operação pode eximir a responsabilidade política, a capacidade de reflexão e a resistência dos indivíduos.

Essa linha de raciocínio ilustra, ainda que não esgote o assunto, a relação que a revisão do paradigma historiográfico da segunda metade do século XX tem com os acontecimentos de sua primeira metade. Sendo mais incisivo, os argumentos de Arendt demonstram por que parte da historiografia se distanciou dos modelos determinísticos e se aproximou de modelos que priorizam a agência. Como será aprofundado, os fundamentos históricos de Foucault seguem, à sua maneira, a advertência dada pela teórica política. Segundo Giorgio Agamben, um filósofo italiano que reinterpreto o conceito de Biopolítica, Foucault seria leitor de Arendt,⁹ o que explicaria, por um lado, sua crítica em relação a qualquer lei de funcionamento da História e, por outro, seu método mais voltado à resistência.¹⁰

É necessário sinalizar, todavia, que essas perspectiva não esgotam os possíveis motivos para essa virada na historiografia;¹¹ ainda mais, convém salientar que a crítica, de forma alguma, atinge a totalidade dos trabalhos historiográficos, mirando, sobretudo, para abordagens mecanicistas. Ainda assim, a Escola dos Annales e Foucault buscaram um distanciamento do

⁸ ARENDT, H. Ideologia e terror: uma nova forma de governo. In: ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 513-514.

⁹ AGAMBEN, G. Introdução. In: AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 11.

¹⁰ Para além dessa influência evidenciada por Giorgio Agamben (2002), Foucault tem outras influências, por exemplo, a Fenomenologia e a História da Ciência. Essas relações são aprofundadas no livro de Edgardo Castro (2015) e no livro de Jürgen Habermas (2000).

¹¹ Há discussões sobre o impacto do movimento de maio de 1968 nessa virada metodológica. Para ver mais: COSTA, E. V. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

paradigma anterior e, por consequência, ambos consideraram diferentes temporalidades em seu fazer histórico.

A “História Problema” e o Problema de Foucault

Um princípio metodológico desenvolvido na Escola dos Annales foi o pressuposto de que os problemas da História deveriam ser selecionados por historiadores. Ao delimitar um conjunto de acontecimentos, adota-se uma perspectiva e, a partir dela, surgem uma série de interrogações. É um tipo de investigação que poderíamos chamar de “História Problema”.¹² Um fator que aparenta ser subjacente a essa metodologia, em vista disso, é a convivência de múltiplas linhas de temporalidade, em um posicionamento no qual o passado não pode ser retomado em sua totalidade, apenas em segmentos, em virtude da articulação entre seleção e problematização. O combate, justamente, era contra um discurso histórico fundamentado na continuidade e totalização do tempo.

É a partir desse movimento, dentro desse contexto, que um modo de pensar a História passou a ser contestado: a Filosofia da História — assim como os modelos que dela se derivam. A História deixa de ser compreendida, dessa forma, como detentora de alguma lógica interna, encadeamento necessário ou lei de funcionamento.¹³

O posicionamento de Foucault, em suas análises históricas, apresenta proximidade com certos princípios dos Annales.¹⁴ Todavia, o autor parece articular os princípios dos Annales também à sua maneira. Em linhas gerais, Foucault aparenta concordar com esse princípio metodológico que contesta a Filosofia da História e se relaciona com outras linhas de pensamento, mas não se limita a isso.

¹² A perspectiva que introduzimos está relacionada à primeira geração, Lucien Febvre e Marc Bloch, e não representa a totalidade dos Annales, muito menos da historiografia francesa. Esse recorte se justifica para construção argumentativa do artigo, apesar disso, como visto no texto de Flávio Fêo (2019), outras conexões são possíveis.

¹³ RAGO, M. As Marcas da Pantera: Foucault para Historiadores. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 4, n. 5, 2025. p. 30.

¹⁴ RAGO, 2025, p. 22.

O autor reivindica um tratamento da História que a liberte de um modelo de memória, em um fazer histórico que atue contra uma concepção metafísica de memória.¹⁵ Não acreditamos que esse postulado seja uma sugestão do fim do trabalho do historiador, aquele que é capaz de propor rupturas com o pensamento mitológico/negacionista e de ser porta-voz da factualidade do passado. Sua premissa parece deter maior relação com uma crítica ao intuito de buscar supostas “origens” de nossa identidade, demarcando um território único de onde viemos, o que resultaria em uma máscara contra as descontinuidades que nos atravessam.¹⁶

Aprofundando, interpretamos que o problema central para Foucault é o fazer histórico que condiciona a existência de um sujeito do conhecimento. A existência de um sujeito do conhecimento implica uma abordagem ao saber supostamente neutra, isto é, não condicionada por um conjunto de intenções humanas. Com base nessa abordagem que se diz imparcial, objetiva e pura, se impõe uma universalidade abstrata aos processos históricos, desenvolvendo uma espécie de narrativa sobre o devir. Assim sendo, concebemos esse sujeito do conhecimento como uma unidade discursiva, incorporada na História do Ocidente em determinado momento, que, em última instância, dita uma lei de funcionamento para a História.

Conforme exposto, o posicionamento do autor é de forte oposição a esse modelo de História, defendendo que o saber histórico deveria arriscar-se na destruição do sujeito do conhecimento a partir da vontade, indefinidamente desdobrada, de saber.¹⁷ De maneira esquemática, poderíamos dizer que Foucault se posiciona contra a dobra, no sentido de metafísica, e defende um fazer histórico pautado pelo desdobramento, no sentido de materialidade; mas isso não é tudo. Acreditamos ser evidente, nessa defesa, uma forte influência nietzschiana, especialmente em sua perspectiva sobre o que significa conhecer.

Para Friedrich Nietzsche, o conhecimento não almeja a verdade —

¹⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 80.

¹⁶ FÊO, F. Foucault, história e acontecimento. In: ELEONORA, D. (org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2019. p. 138.

¹⁷ FOUCAULT, 2021, p. 85; p. 80.

enquanto instrumento distante, por assim dizer, do conjunto das intenções humanas —, pelo contrário, o conhecimento é compreendido como consequência do conjunto afetivo, composto de paixões, instintos e vontades.¹⁸ Assim, operações que visam uniformizar o saber não demarcam um território comum de onde viemos, elas são formas de exercer um domínio. Como exposto em *Vigiar e punir*: “A historicidade ‘evolutiva’, assim como se constitui então — e tão profundamente que ainda hoje é para muitos uma evidência — está ligada a um modo de funcionamento do poder, (...)”^{19,20}

Essa concepção de História rigorosamente antiplatônica guarda forte inspiração no projeto de recuperar certo sentido para o corpo, em um sentido mais próximo dos médicos e mais distante dos filósofos. Do ponto de vista de Friedrich Nietzsche, interpretamos que a incoerência de diversos filósofos seria uma negação sistemática do corpo, ocasionando um encadeamento lógico que suprime o ineditismo do devir histórico.²¹

Para Foucault, o ponto de vista é correto. Assim, a História, em outro relacionamento com o corpo, “tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos. Ela tem que ser a ciência dos remédios”²². A sua proposta, enfim, é que a História deve aumentar as forças do corpo, entendido como lugar em que nascem os desejos, lugar de insuperável conflito, capaz de dissolver princípios de permanência impostos por um ou outro regime político.²³

Em um breve adendo, ressaltamos o que aparenta ser subjacente às ideias aqui expostas: o que está em disputa não é o descarte do “macro-histórico”, as estruturas de Estado e classe, em detrimento de um “micro

¹⁸ NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral* – Uma polêmica. Tradução: Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. §12, p. 109.

¹⁹ FOUCAULT, M. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 158.

²⁰ Ao longo dos cursos da década de 1970, Foucault também versa sobre seu método em relação à História. Para ver mais: VIEIRA, L. UMA INTERPRETAÇÃO FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO. *Revista Paranaense de Filosofia*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1–14, 2024. Por opção, mantemos a citação que dialoga mais com a crítica a uma lei de funcionamento da História.

²¹ NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 34.

²² FOUCAULT, 2021, p. 75.

²³ FOUCAULT, 2021, p. 65-66; p. 71.

histórico", trazendo à tona somente a camada da experiência e as subjetividades dos agentes, pelo contrário, Foucault procurava por uma articulação entre ambos os modos de se pensar a História. Concordamos com a leitura de Emília Viotti da Costa, que afirma que o autor ambicionava por uma conexão entre macro e microfísica do poder.²⁴

Isso posto, a crítica de Foucault incide, sobretudo, na Filosofia da História, com o objetivo de conceder a resistência em uma chave de leitura que não seja regida pela necessidade, ou melhor, estruturada por um sujeito do conhecimento. Em função disso, surge essa insistência em rupturas, na História como um remédio e no corpo como resistência. Em resumo, surge um aparato conceitual para pensar a dominação e insurgência distante de narrativas que propõem encadeamentos rígidos. Acreditamos ser a partir desse objetivo, de pensar sobre a resistência na materialidade da História, que Foucault escolherá usar a palavra "genealogia" em vez de História.²⁵

A investigação genealógica

A genealogia, na definição de Foucault, é uma busca por marcar o ineditismo dos acontecimentos — longe de toda finalidade monótona —, encontrando diferenças basilares na distinção de fenômenos históricos. Assim, a genealogia, guiada por um método severo, não se opõe ao meticuloso trabalho de análise de grande número fontes, mas aos dobramentos meta-históricos das significações ideais e das indefinidas teleologias, pesquisas da "origem". Desse modo, é um posicionamento contra o estabelecimento de continuidades, por exemplo, entre o passado e o presente, de modo a reivindicar o ineditismo de diferentes temporalidades.²⁶

Em outro momento, Foucault define a genealogia como um ponto de

²⁴ COSTA, 1994, p. 15.

²⁵ Acreditamos que há duas maneiras de compreender o termo genealogia. A primeira, a qual nos referimos no momento, é em oposição à concepção de História em um fazer histórico que detém uma série de pressupostos e objetivos; por outro lado, essa mesma expressão pode ser concebida de um modo mais específico no projeto foucaultiano, no momento em que investiga, principalmente, as relações de poder. Ambas as concepções se relacionam, posto que o fazer histórico de Foucault está profundamente associado às relações de poder.

²⁶ FOUCAULT, 2021, p. 62.

articulação do corpo com a História. Assim, é um estudo capaz de mostrar as marcas da História no corpo, demonstrando a maneira pela qual a História arruinou o corpo. Como já foi explicado, o corpo é entendido como capacidade de resistência, superfície de inscrição dos acontecimentos, lugar de dissociação do Eu, volume em perpétua pulverização.²⁷ Contudo, o corpo começa a sofrer a incidência de diversos sistemas de submissão, inscrito no que poderíamos chamar de “jogo das dominações”, perdendo partes da sua capacidade de resistir.

No artigo “*Nietzsche, genealogia e a História*”,²⁸ o jogo das dominações é apresentado em estrito relacionamento com um conjunto de conceitualizações normativas (moralidade, idealidade, metafísica e liberdade), ao passo que a humanidade instala violências em um sistema de regras. Por isso, para além do aspecto da agressividade contra o outro em sua materialização, o autor postula um campo exterior que fomenta legitimidade para o uso da violência. O grande jogo da História, para Foucault, será a disputa para coordenar essas regras. Ao que se deriva, a genealogia, sua metodologia para análise histórica, detém como objeto central o próprio sistema de regras, visando ser uma ferramenta interpretativa que fomenta uma desnaturalização desses procedimentos.²⁹

É com base nessa cadeia argumentativa que a genealogia aspira aos efeitos externos do discurso, isto é, na medida em que os critérios para definição de verdade se relacionam com as práticas sociais. A nosso ver, o cerne de sua crítica busca refletir como o que é entendido como verdade está em relação com o que foi descrito como conjunto de conceitualizações normativas, resultando que a legitimidade para o exercício da dominação pode passar como algo natural. De outra maneira, aquilo que é considerado verdadeiro precisa ser lido na chave das regulações estratégicas, ou seja,

²⁷ FOUCAULT, 2021, p. 65; p. 66; p. 71.

²⁸ Utilizamos a versão disponível no livro *Microfísica do poder* (2021). Esse texto foi escrito em homenagem a Jean Hyppolite pela primeira vez em 1971. Embora nosso artigo centralize nele, por ser mais explícito em seu posicionamento sobre a História, ele não é o único. Ademais, ressaltamos que, por conta de nossa construção argumentativa, invertemos a cronologia dos textos: Foucault é primeiro “arqueológico” antes de ser “genealógico”.

²⁹ FOUCAULT, 2021, p. 68.

como elemento constituinte do campo de atuação do sujeito. Para dizer o fundamental, o intuito de traçar os efeitos de verdade está diretamente ligado com as indagações sobre as relações de poder.³⁰

O filósofo “pós-estruturalista”

O autor não pode ser decomposto do estruturalismo, que o acompanha no trajeto intelectual de suas primeiras pesquisas — o Foucault “arqueólogo” —, embora com ressalvas fundamentais. Em resumo, a arqueologia aspira a composição interna do discurso e seus processos de construção da verdade, delimitando o quadro de regras que constituem o conhecimento de uma época. No entanto, mesmo que compartilhe de elementos do estruturalismo em interpretações que priorizam sistemas discursivos considerados diacrônicos na História, o autor não deixa de estabelecer historicidade aos próprios fatores da constituição discursiva.

Mais detalhadamente, o autor alertava para outra forma de “tratar” as fontes, descrita, segundo o artigo “A vida secreta das palavras: colaborações de Michel Foucault para historiografia”, de tal maneira:

Invertia-se o olhar, os documentos do passado deixavam de ser “voz” de um passado e Foucault passou a tomá-los discutindo de que modo tais discursos emergiram e refletindo como a produção de discursos na sociedade é controlada instituindo saberes e verdades, isto é, as sociedades permitem o que pode e o que não pode ser produzido, mas, no mesmo caminho, atribuem lugares de exclusão e interdição a outros enunciados³¹.

Dessa maneira, poderíamos pontuar uma questão para debate:³² por um lado, Foucault considera a condição de possibilidade das fontes, detendo maior atenção para a estrutura discursiva que funciona como base diacrônica para os acontecimentos históricos; por outro, Foucault segue a

³⁰ COSTA, S. H. A crítica da crítica em Foucault. In: ELEONORA, D. (org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2019. p. 185.

³¹ JÚNIOR; MAIA; NASCIMENTO. A vida secreta das palavras: colaborações de Michel Foucault para a historiografia. *REVHIST - Revista de História da UEG, [S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 56–71, 2014.

³² Acreditamos que esse debate está envolto na difusão do que ficou conhecida como estruturalismo na historiografia. No cerne da questão, a disputa é se a História deve privilegiar o diacrônico ou o síncrono. Para ver mais: BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, H. B. C.; ATIK, M. L. G. (org.). *Língua, Literatura e Cultura em Diálogo*. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003. s/p.

premissa de que não há uma identificação prévia entre os acontecimentos históricos, apoiando-se no ponto de vista de que o funcionamento da História é imprevisível. Essa questão, se os acontecimentos históricos devem ser interpretados por meio de um amplo fundamento cultural que funciona como denominador comum ou se devem ser interpretados por meio de seu ineditismo, é central para nosso desenvolvimento.

Em nossa interpretação, a “solução” de Foucault é que os sistemas discursivos que circunscrevem a humanidade em uma determinada temporalidade se modificam conforme as relações de poder, isto é, o revelado pela arqueologia se transforma com o investigado pela genealogia.³³ Por um lado, devido ao instrumento de análise estruturalista, denuncia-se uma instância superior ao sujeito e à consciência, um transcendental sem sujeito, que atua como condição de possibilidade dos discursos falados por sujeitos conscientes; por outro lado, há uma recusa de qualquer lógica predeterminada que desconsidere a mobilidade dessa condição de possibilidade, reforçando a ação humana como causa para sua constante reestruturação.

Dentro desse relacionamento, caberia inferir que, por vezes, um lado sobrepõe ao outro, no instante em que “(...) a vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos — estou sempre falando de nossa sociedade — uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”³⁴. Pensando em uma mudança em nossa sociedade, o autor concebe que o discurso é histórico, entendendo a possibilidade da ruptura estrutural via alternâncias nas relações de poder, engendrando novos discursos para os sujeitos.³⁵

As verdades e os sujeitos

Ainda que passível de mudanças, Foucault compreende a existência

³³ Arqueologia e genealogia, nessa proposta conceitual, se articulam como instrumentos metodológicos indissociáveis. Para ver mais: RODRIGUES, 2018.

³⁴ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 18.

³⁵ MASARO, L. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.6, n.1, p. 379-400, jul. 2018.

de um discurso verdadeiro, uma subjetivação hegemônica, responsável por formar e deformar os sujeitos. Por isso, a investigação sobre o sujeito é central na medida em que condiciona também a investigação sobre a verdade.

Logo, para entender o sujeito, seriam necessárias diferentes articulações teóricas que condicionam diferentes maneiras de conceber a constituição do sujeito.³⁶ Nas palavras de Edgardo Castro:

Assim, o que ele chama de arqueologia (como descrição das condições históricas de possibilidade do conhecimento) e o conceito de episteme serão seus recursos metodológicos para mostrar como o homem se tornou, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento. A noção de dispositivo, por sua vez, e a história entendida como genealogia serão a estratégia para descrever as relações de poder, isto é, as relações entre sujeitos. Por fim, para estudar as relações não entre sujeitos, mas entre o sujeito consigo mesmo, as práticas de subjetividade, Foucault conceberá sua obra como uma história das práticas³⁷.

Ao fim e ao cabo, essa complexa investigação sobre o sujeito, conforme exposto, permitiria visualizar que o autor diverge de juízos que retêm uma intemporalidade ou transcendência ao sujeito. É primordial, para essa metodologia, a perspectiva de que o sujeito é uma construção realizada no interior de uma série de condições discursivas, relações de poder e práticas de subjetividade; em uma frase, é primordial o entendimento do sujeito como um quadro de relações históricas.³⁸

Por extensão, seguindo esse entendimento de que os sujeitos são constituídos por meio de um quadro de relações históricas, poderíamos argumentar que o autor advoga em relação à natureza humana enquanto instância que não pode ser definida, em virtude de que não há elemento transcendental que fixe uma definição e, sobretudo, de que nossa experiência histórica também não é capaz de fixar uma definição.³⁹

Acrescenta-se a essa argumentação a obra *As Palavras e as Coisas* (2002) de Foucault. No livro, autor realiza inquérito sobre o Homem, melhor

³⁶ CASTRO, E. Michel Foucault: sujeto e historia. *Tópicos*, [s. l.], n. 14, p. 171-183, 2006. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/CASMFS>. Acesso em: 28 ago. 2023.

³⁷ CASTRO, 2006, p. 1. Tradução livre.

³⁸ MÁRQUEZ ESTRADA, J. W. *Michel Foucault y la Contra-Historia*. *Historia Y MEMORIA*, n. 8, jan. 2014. p. 239.

³⁹ Tal comentário é uma interpretação a respeito da conclusão de Edgardo Castro (2006) sobre Foucault.

dizendo, sobre o sujeito de conhecimento que surge no fim do século XVIII e início do século XIX, para relacionar o desenvolvimento desse sujeito transcendental com o das ciências modernas. Em sua conclusão, ele aponta que:

Uma coisa em todo o caso é certa: é que o homem não é o mais velho problema nem o mais constante que se tenha colocado ao saber humano. Tomando uma cronologia relativamente curta e um recorte geográfico restrito — a cultura europeia desde o século XVI — pode-se estar seguro de que o homem é aí uma invenção recente. Não foi em torno dele e de seus segredos que, por muito tempo, obscuramente, o saber rondou. De fato, dentre todas as mutações que afetaram o saber das coisas e de sua ordem, o saber das identidades, das diferenças, dos caracteres, das equivalências, das palavras — em suma, em meio a todos os episódios dessa profunda história do Mesmo — somente um, aquele que começou há um século e meio e que talvez esteja em via de se encerrar, deixou aparecer a figura do homem. E isso não constitui liberação de uma velha inquietude, passagem à consciência luminosa de uma preocupação milenar, acesso à objetividade do que, durante muito tempo, ficara preso em crenças ou em filosofias: foi o efeito de uma mudança nas disposições fundamentais do saber. O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico — então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia⁴⁰.

O decisivo para nossa argumentação é que, na perspectiva de Foucault, as disposições do saber moderno, condição de possibilidade para as Ciências Humanas e seus prolongamentos, poderiam desvanecer — como um rosto na areia desvaneceria na orla do mar —, e, em nossa perspectiva, o autor destaca, nesse movimento, a historicidade da nossa ideia de Homem, de sujeito de conhecimento e de natureza humana. Gilles Deleuze torna perceptível essa defesa da natureza humana ao constatar que essa empreitada foucaultiana, ao realizar um esforço ontológico, desvela menos o que funda os seres e mais o que os leva, por um instante, a uma forma precária.⁴¹

A esse ponto, convém remontar a maneira que interpretamos o pensamento foucaultiano até aqui. O cerne de sua crítica, vide a

⁴⁰ FOUCAULT, 2002, p. 536.

⁴¹ DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2019. p. 131.

conceitualização genealógica, busca refletir sobre a naturalização de diversos procedimentos sociais; é nesse sentido que se investiga a imposição do estatuto de verdade em determinados discursos. Uma das chaves para remontar esse processo é a arqueologia, que demonstra como a constituição discursiva é reestruturada a partir da ação humana. O sujeito, por sua vez, deve ser entendido como um quadro de relações históricas, pois, em última instância, não existe algo como uma natureza humana. Sua perspectiva ressalta constantemente a historicidade do conjunto de objetos analisados. Emerge, então, a questão central: por que persiste a busca por naturalizar, ou melhor, por que tomamos algo como verdade?

É uma dimensão do poder que utiliza do que é considerado verdadeiro, uma técnica que instrumentaliza a ordem representativa. Com base na importante influência de Nietzsche — um pensador que alertava como o ascetismo poderia perpetuar, para além da religião, por meio da linguagem —,⁴² Foucault enfatiza como a vontade de verdade é comum ao cristão e ao burguês.⁴³ Melhor dizendo, o mundo não estaria liberto do ascetismo a partir do “progresso” da modernidade; pelo contrário, haveria outras formas de manifestar a busca pelo infinito, como visto em uma vontade de saber que deseja ser vontade de verdade. Portanto, o conhecimento ainda detém amarras do dogmatismo, e isso não deve ser lido em termos de recorrência da ordem da natureza que tentamos desvendar, mas em termos de recorrência das camadas profundas de controle social que devemos combater.

Como tentamos sublinhar, o conhecimento histórico não escaparia desse processo de “modernização dos saberes”, constituindo um campo de conhecimento que pode ter sua finalidade determinada por uma vontade de verdade, e, por essa razão, condicionar a existência de um sujeito do conhecimento. A operação seguinte seria descartar o conjunto de intenções humanas que possibilita o conhecimento, ou descartar as relações de poder

⁴² MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁴³ FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2024. p. 147.

que transpassam as disposições dos saberes. Nesse movimento, emerge um conhecimento supostamente imparcial, objetivo e puro, e por isso mesmo passível de universalizações abstratas. Enfim, o resultado, a partir dessa vontade de saber dobrada, é conceber a ação humana descartando a multiplicidade, com seu caráter não racionalizável, em nome de uma uniformização, com sua lógica de encadeamentos rígidos; longe da materialidade da diferença, resta a abstração da repetição. De certa maneira, a maior conquista dessa operação é mascarar a possibilidade de sermos diferentes.

Por exemplo, poderíamos conjecturar que o saber histórico, entre outras coisas, fundamenta como os sujeitos irão se comportar em relação ao outro. Sendo mais direto, ele permitiria supor que um povo está inserido na continuidade de um passado comum, marcado por sua homogeneidade, fomentando uma narrativa útil para justificar o desenvolvimento histórico em que o extermínio do diferente é causa legítima. Com base em fazer histórico que é fundamentalmente nietzschiano, a metodologia de Foucault permite concluir que não existe um princípio transcendental para regular essa alteridade, apenas tendências constituídas como estratégias de dominação. Enfim, a estrutura dessa narrativa, e sua condição de possibilidade epistemológica mais profunda, é precária, uma vez que depende da organização da sociedade e suas relações de poder. Por isso, sua perspectiva propõe revisão sobre qualquer sentido histórico que se diz incontestável, restando uma vida sem referências ou coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos sem necessária conexão. Seu posicionamento sobre a História é que ela se tornará mais “efetiva” quando se reconhecer como um saber perspectivo, capaz de reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser.⁴⁴ Cumpre perceber que, se o fazer histórico for outro, pode ser que nossa relação com a diferença também seja outra.

O escape da ficcionalidade...

Como tentamos enfatizar, os fundamentos para o fazer histórico de

⁴⁴ FOUCAULT, 2021, p. 73; p. 75-80.

Michel Foucault estão relacionados com sua oposição a uma concepção de História associada a uma lei de funcionamento e a resistência a essa concepção a partir de um aparato metodológico que tem em vista elencar suas contradições. Para finalizar, resta a pergunta: como a História pode ser feita de modo a contribuir para a resistência?

Nesse momento, tornam-se mais coerentes as palavras do autor ao versar que realizava uma espécie de ficção histórica.⁴⁵ Uma maneira de interpretar a sua frase “nunca escrevi nada senão ficções” é compreender a ficção a partir da intenção de ultrapassar uma espécie de ontologia que nos leva a uma forma precária. Para resumir, como bem descreve Margareth Rago, “Seu problema é dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente, que possibilita e informa aquele tipo de análise do humanismo em geral” (1993, p. 27). Por extensão, interpretamos que o filósofo francês remete à ficção em um sentido, dentro de sua pesquisa, que trata da possibilidade de certas relações de inteligibilidade ultrapassarem o discurso e as condições de externalização vigentes,⁴⁶ surgindo como expressão de luta sobre certa concepção de natureza humana e privilegiando rupturas na universalização abstrata de um ideal de ser humano.

Vale salientar que o fazer histórico de Foucault não perde a factualidade, visto que sua pesquisa é guiada por métodos rigorosos. O que muda é o fazer filosófico, que abandona a metafísica e começa a ser ancorado em pesquisas históricas.⁴⁷ Essa metodologia, a nosso ver, realiza tal mudança para incitar uma existência fora de certas regulações, promovendo novas formas de subjetividade e estimulando contracondutas, em um desejo de trazer ao leitor um tipo de experiência transformadora.

De modo esquemático, esse pode ser o objetivo mais geral de sua escrita: fomentar análises históricas por meio da investigação filosófica do que

⁴⁵ FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. IV.

⁴⁶ FERREIRA NETO, J. L. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, jul. 2015; MÁRQUEZ ESTRADA, 2014, p. 239-240.

⁴⁷ FERREIRA NETO, 2015, p. 412-413.

somos nós.⁴⁸ O seu diferencial metodológico, em partes, é que realiza análises dos fatos que caracterizam nossa cultura em um viés etnológico,⁴⁹ em uma abordagem que desvaloriza os abstratos saberes universais em função do que chamou de “saber local”.⁵⁰

É importante notar que o estudo de problemas localizados não o impedia de abordar problemas gerais. O diferencial é que o autor parte do campo empírico para chegar aos conceitos mais amplos, e não que estes deveriam acabar. Justamente, a ausência de uma base empírica pode levar a um pressuposto epistêmico que não assume sua regionalidade, assim viabilizando a emergência de um suposto sujeito universal. Em direção oposta, Foucault assumia os limites do que propunha, e é nesse sentido que instrumentalizava “saberes locais” para solapar as bases de uma abstração universalista que circunscreve os sujeitos.

Isso posto, não somente um fazer histórico está em disputa, mas também a possibilidade de uma nova prática política. Como assinala André Yazbek:

Do ponto de vista da prática política efetiva, e das posições do intelectual engajado, não se trata mais de uma defesa da “grande política” ou da emancipação do gênero humano – com suas fórmulas relativas às condições práticas de realização do devir humano, de reconciliação do homem com o homem e com seu destino histórico de liberdade –, mas da acuidade de um esforço prático junto às tarefas de transgressão das formas do discurso verdadeiro, de seus efeitos práticos sobre o real e, portanto, dos modos de assujeitamento que ele autoriza: a prática intelectual, se não pretende colocar em marcha a mesma “política da verdade” que caberia a ela denunciar, deve iniciar sua tarefa por meio da desmistificação das grandes narrativas da política e do humanismo, realizando a crítica ao dispositivo moderno de nossos saberes antropológicos e de sua tendência à recolher as marcas do discurso na referência a um “sujeito” cuja pretensa natureza é a de sujeito fundador. Está em jogo, aqui, o estatuto político dos saberes sobre o “homem” (em domínios tão distintos quanto os da psiquiatria, da medicina, da punição carcerária e da sexualidade) e as divisões normativas que lhe são correlatas⁵¹.

⁴⁸ Sua inspiração, nesse tipo de investigação, é Kant. Para ver mais: CASTRO, E. Uma leitura de Kant. In: CASTRO, E. *Introdução a Foucault*. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 35-39.

⁴⁹ Todavia, em uma análise mediada por, principalmente, textos e documentos.

⁵⁰ FERREIRA NETO, 2015, p. 417.

⁵¹ YAZBEK, A. C. Sartre versus Foucault: um embate sobre a teoria e a prática intelectual. *DoisPontos*, [s. l.], v. 14, n. 1, nov. 2017. p. 163.

Sua abordagem visa a um escape de uma espécie de ontologia, alegando a possibilidade de ruptura radical com essa experiência limitante. Para tal, o autor sugere o abandono do domínio dos grandes projetos utópicos para concentrar-se nos conjuntos práticos,⁵² relacionando a análise histórica das relações de poder e dos conhecimentos com as experiências e as críticas que os questionam.

A recusa mais evidente, portanto, é sobre o “Intelectual Universal”: aquele que é detentor da verdade, condutor das massas e portador universal da revolução. Em suas palavras: “(...) o intelectual, hoje, não me parece ter tanto o papel de dizer verdades proféticas para o futuro (...)”.⁵³ A escolha de suas palavras é astuta, pois, como dito anteriormente, esse tipo de posicionamento é considerado descendente do pastor cristão.⁵⁴

Por oposição, aceitava a condição de “Intelectual Específico”: aquele que objetiva descobrir e declarar a verdade no intuito de contribuir para indivíduos implicados em lutas.⁵⁵ Sua função, por excelência, era possibilitar um “(...) pequeno gesto que consiste em deslocar o olhar, ele torna visível o que é visível, faz aparecer o que está tão próximo, tão intimamente ligado a nós que, por isso mesmo, não o vemos”⁵⁶. Tais premissas foram úteis para desenvolver trabalhos sobre a condição dos escravos, negros, loucos, prostitutas, crianças, etc.⁵⁷ De certo modo, buscando desfazer “silêncios”, o esforço era para expandir limites da “revolução”.

Paul Veyne⁵⁸ descreve que “Foucault revoluciona a História”. Entretanto, relembramos que a “revolução”, para Foucault, não é idealizada na chave platônica da “representação”, e sim matizada nos meandros

⁵² FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 129-142.

⁵³ FOUCAULT, M. A cena da filosofia. In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2011. v. VIII. p. 246.

⁵⁴ RAGO, M. As marcas da pantera, 25 anos depois... *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 2, 5 maio 2020, p. 322.

⁵⁵ Não somente o caso dos presidiários franceses foi simbólico nesse sentido. Para ver mais, consultar artigo de Rodrigues (2018).

⁵⁶ FOUCAULT, 2011, p. 246.

⁵⁷ RAGO, 2025, p. 22; p. 25; p. 27.

⁵⁸ VEYNE, P. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

nietzschianos que envolvem uma “vontade”.⁵⁹ Fora da filosofia, basta averiguar as circunstâncias do pensador: Foucault vivencia um contexto de radicalidade na Tunísia, em março de 1968, que comprova as diferenças entre os “revolucionários” da África e os da Europa.⁶⁰ Com isso, indicamos que Foucault não considerava a existência de um modelo absoluto para a “revolução”. Consequentemente, esse método histórico, se “revolucionário”, serve a um propósito particular.⁶¹

Por mais que inovadora, a “História da Verdade” mantém sua premissa de dialogar especificamente com um determinado espaço-tempo. A produção e circulação de discursos “verdadeiros”, e, sobretudo, as razões para uma sociedade marchar “ao compasso da verdade”, é, segundo o filósofo francês, um dos problemas fundamentais do Ocidente.⁶² Resta aos historiadores optarem ou não por essa ferramenta, afinal,

Há anos, os historiadores ficaram muito orgulhosos quando descobriram que podiam fazer não somente a história das batalhas, dos reis e das instituições, mas também a história da economia. Ei-los todos estupefatos por terem os mais maliciosos dentre eles mostrado que também se podia fazer a história dos sentimentos, dos comportamentos, dos corpos. Que a história do Ocidente não seja dissociável da maneira pela qual a “verdade” é produzida e assinala seus efeitos, eles logo compreenderão...⁶³

Concluimos que, essa investigação nos moldes da “História da Verdade”, manifesta certos fundamentos próprios do esforço de desvendar as articulações internas e externas do discurso, por meio da arqueologia e da genealogia, objetivando evidenciar a experiência do que somos de tal forma que saíssemos transformados. Isso porque “a história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”⁶⁴. É um procedimento que, por meio de uma desnaturalização,

⁵⁹ Utilizamos de partes de um trecho de Christian Laval (2020, p. 188) para essa conclusão.

⁶⁰ FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. v. II. p. XIII-XIV.

⁶¹ No primeiro volume da *História da Sexualidade*, ele completa: “Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (2024, p. 104).

⁶² FOUCAULT, 2021, p. 346.

⁶³ FOUCAULT, 2021, p. 346.

⁶⁴ VEYNE, 1998, p. 268.

permite indagar sobre a legitimidade da ordem estabelecida. Em suma, um fazer histórico que pode ser compreendido a partir de seu propósito de ser uma ferramenta para atuação do sujeito ante a sociedade, “como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível”⁶⁵.

Referências

AGAMBEN, G. Introdução. In: AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 9-22.

ARENDT, H. Ideologia e terror: uma nova forma de governo. In: ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 512-531.

BIRCHALL, I. Sartre's Encounter with Daniel Guérin. *Sartre Studies International*, v. 2, n. 1, p. 41–56, 1996.

BURKE, P. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, H. B. C.; ATK, M. L. G. (org.). *Língua, Literatura e Cultura em Diálogo*. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003. s/p.

CASTRO, E. *Introdução a Foucault*. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASTRO, E. Michel Foucault: sujeito e história. *Tópicos*, [s. l.], n. 14, p. 171-183, 2006. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/CASMFS>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COSTA, E. V. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

COSTA, S. H. A crítica da crítica em Foucault. In: ELEONORA, D. (org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2019. p. 176-186.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2019.

FÊO, F. Foucault, história e acontecimento. In: ELEONORA, D. (org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2019. p. 132-141.

⁶⁵ FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. v. II. p. 351.

FERREIRA NETO, J. L. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411–420, jul. 2015.

FOUCAULT, M. A cena da filosofia. In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2011. v. VIII.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2024.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. v. II.

FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. IV.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HABERMAS, J. *Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JÚNIOR; MAIA; NASCIMENTO. A vida secreta das palavras: colaborações de Michel Foucault para a historiografia. *REVHIST - Revista de História da UEG*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 56–71, 2014.

LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

MACHADO, R. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MÁRQUEZ ESTRADA, J. W. Michel Foucault y la Contra-Historia. *Historia Y Memoria*, [s. l.], n. 8, p. 211-243, jan. 2014.

MASARO, L. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 379-400, jul. 2018.

MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. Tradução: Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAGO, M. As Marcas da Pantera: Foucault para Historiadores. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 4, n. 5, p. 22–32, 1993.

RAGO, M. As marcas da pantera, 25 anos depois... *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 2, p. 319–334, 5 maio 2020.

RODRIGUES, H. Fazendo o caminho ao andar – Verdade, poder e subjetivação em Michel Foucault. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 21, p. 2-16, 2018.

VIEIRA, L. UMA INTERPRETAÇÃO FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO. *Revista Paranaense de Filosofia*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1–14, 2024.

VEYNE, P. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YAZBEK, A. C. Sartre versus Foucault: um embate sobre a teoria e a prática intelectual. *DoisPontos*, [s. l.], v. 14, n. 1, nov. 2017.